



Magazine Luiza S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Magazine Luiza S.A.** Franca - SP **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação Interna sobre denúncia anônima

Conforme mencionado na Nota Explicativa 34 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia adotou determinadas ações investigativas internas com o propósito de apurar e prestar esclarecimentos sobre denúncia anônima relatando supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. As ações para a apuração de referida denúncia ainda se encontram em fase preliminar e, neste momento, não é possível prever os futuros desdobramentos decorrentes deste processo de investigação interna, nem seus



eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso haja. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Teste de recuperabilidade de ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ágio para determinar se houve perda no seu valor recuperável. Conforme divulgado nas notas explicativas 12(b) e 16, a Companhia e suas controladas registraram ágios decorrentes de combinações de negócios, que, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam, R\$1.263.632 mil e R\$2.251.090 mil e representavam 3,8% e 6,0% do total do ativo na controladora e no consolidado, respectivamente.

O teste de recuperabilidade do ágio foi avaliado como um principal assunto de auditoria devido à magnitude do montante envolvido e o fato de ser realizado com base em diversas premissas e critérios, incluindo projeções de mercado como taxas de crescimento de vendas das lojas, taxas de desconto e estimativas de margem, que são utilizadas para determinar o valor em uso, as quais são complexas e subjetivas e requerem o uso de julgamento por parte da diretoria da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria na revisão e



elaboração das revisões dos testes de recuperabilidade do ágio; (ii) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar no teste de recuperabilidade do ágio, na avaliação da adequação do modelo de fluxo de caixa descontado e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e análise de sensibilidade dos resultados do teste de impairment, (iii) comparação das premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade dessas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia; (iv) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio; (v) comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao realizado pela UGC da Companhia no exercício corrente; (vi) comparação do valor recuperável apurado pela diretoria da Companhia com base nos fluxos de caixa descontados por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, que inclui o valor do ágio, e; (vii) avaliação da adequação das divulgações das notas explicativas 12(b) e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios, julgamentos e premissas adotados pela administração para avaliar a recuperabilidade do ágio, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12(b) e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 11 (c), em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, computados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, totalizavam R\$1.033.410 mil e R\$1.096.109 mil e representavam 3,1% e 2,9% do total do ativo na controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia avaliou a recuperabilidade desse saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria na revisão e elaboração das revisões dos testes de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; (ii) envolvimento de profissionais especializados em tributos para



nos auxiliar na revisão das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na constituição dos referidos saldos em adequação com a legislação tributária vigente, bem como na revisão das projeções de lucros tributáveis futuros; (iii) verificação da aprovação, pelos órgãos de diretoria da Companhia, das projeções de lucros tributáveis futuros, que foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, e; (iv) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 23, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$720.252 mil e R\$1.083.023 mil, representando 3,2% e 4,0% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$2.775.480 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$3.393.107 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais



tributárias; (ii) avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias; (iii) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisou os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia; (iv) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (v) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno da provisão para demandas judiciais tributárias, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTI") implementados pela Companhia para os sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis, (v) execução de testes



de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, e; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Identificamos deficiências nos controles de concessão de acessos, de gestão de acessos de empregados transferidos, de prestadores de serviço e de usuários privilegiado nas aplicações e de revisão periódica de perfis de acessos. Adicionalmente, identificamos oportunidades de melhoria nos parâmetros de senhas das aplicações.

As deficiências no desenho e operação dos CGTIs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes



As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 14 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-034519/O

Alexandre Rubio Contador CRC- SP-223361/O



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Note	Control	adora	Consolidado		
	Nota	2022	2021	2022	2021	
• • •						
Ativo Circulante						
	5	808.764	1.458.754	2.420.045	2.566.218	
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	5 6	304.298	1.556.211	304.298	1.556.371	
Contas a receber	7	4.587.059	3.928.531	6.760.270	5.650.759	
Estoques	8	6.608.969	7.873.544	7.790.069	9.112.214	
Contas a receber de partes relacionadas	9	3.305.722	4.201.742	2.576.572	3.707.284	
Tributos a recuperar	10	1.376.204	1.151.721	1.564.188	1.279.257	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	258.838	205.312	314.457	234.886	
Outros ativos circulantes	'''	70.436	136.516	208.237	402.821	
Total do ativo circulante	_	17.320.290	20.512.331	21.938.136	24.509.810	
	_		20.012.001		21.000.010	
Não circulante						
Contas a receber	7	17.156	17.351	17.156	17.351	
Tributos a recuperar	10	2.037.328	1.408.706	2.123.865	1.551.556	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.625.928	874.232	1.686.360	915.111	
Depósitos judiciais	23	1.234.720	935.329	1.650.223	1.189.894	
Outros ativos não circulantes		106.615	175.902	116.786	184.816	
Realizável a longo prazo	_	5.021.747	3.411.520	5.594.390	3.858.728	
5 .						
Investimentos em controladas	12	4.379.731	4.099.575	-	-	
Investimentos em controladas em conjunto	13	338.833	407.780	338.833	407.780	
Direito de uso de arrendamento	14	3.473.159	3.324.747	3.511.497	3.362.998	
Imobilizado	15	1.769.292	1.777.788	1.955.479	1.938.713	
Intangível	16 _	896.749	728.998	4.427.510	4.306.587	
		10.857.764	10.338.888	10.233.319	10.016.078	
Total do ativo não circulante	-	15.879.511	13.750.408	15.827.709	13.874.806	
Total do ativo	_	33.199.801	34.262.739	37.765.845	38.384.616	



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Note	Contro	ladora	Conso	lidado
	Nota	2022	2021	2022	2021
Paratica					
Passivo Circulante					
Fornecedores	17	4.604.573	4.694.276	5.741.020	5.638.388
Fornecedores - convênio	18	3.756.776	4.414.266	3.802.237	4.460.556
Parceiros e outros depósitos	19	3.730.770	4.414.200	1.552.643	1.418.897
Empréstimos e financiamentos	20	92.607	44.100	124.297	407.968
Salários, férias e encargos sociais	20	242.906	237.270	420,496	370.176
Tributos a recolher		141.811	146.332	224.889	239.595
Contas a pagar a partes relacionadas	9	256,707	195.894	152.511	125.302
Arrendamento mercantil	14	604.140	415.329	619.788	433.834
Receita diferida	21	52.009	39.157	76.908	50.329
Dividendos a pagar		-	41.434	-	41.434
Outros passivos circulantes	22	1.621.391	1.535.455	2.118.136	2.070.710
Total do passivo circulante	-	11.372.920	11.763.513	14.832.925	15.257.189
	-				
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	6.584.571	6.368.605	6.984.460	6.384.904
Tributos a recolher		4.614	4.614	7.836	24.274
Arrendamento mercantil	14	3.047.523	2.996.959	3.073.728	3.020.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	108.822	113.899
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	814.836	717.977	1.193.765	1.154.109
Receita diferida	21	238.354	234.210	423.464	245.258
Outros passivos não circulantes	22	488.282	915.630	492.144	922.908
Total do passivo não circulante	-	11.178.180	11.237.995	12.284.219	11.866.196
•	-				
Total do passivo		22.551.100	23.001.508	27.117.144	27.123.385
Patrimônio líquido	24				
Capital social		12.352.498	12.352.498	12.352.498	12.352.498
Reserva de capital		(1.896.383)	(1.637.055)	(1.896.383)	(1.637.055)
Ações em tesouraria		(1.245.809)	(1.449.159)	(1.245.809)	(1.449.159)
Reserva legal		137.442	137.442	137.442	137.442
Reserva de lucros		1.298.941	1.856.665	1.298.941	1.856.665
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.012	840	2.012	840
Total do patrimônio líquido		10.648.701	11.261.231	10.648.701	11.261.231
	-				
Total do Passivo e Patrimônio líquido	-	33.199.801	34.262.739	37.765.845	38.384.616



Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Note	Controladora		Consolidado		
	Nota	2022	2021	2022	2021	
Receita líquida de vendas	25	29.872.131	31.128.479	37.299.002	35.278.150	
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	26	(22.098.829)	(24.299.083)	(26.860.106)	(26.791.345)	
Lucro bruto	•	7.773.302	6.829.396	10.438.896	8.486.805	
Receitas (despesas) operacionais						
Com vendas	27	(5.389.954)	(5.495.600)	(6.741.109)	(6.374.429)	
Gerais e administrativas	27	(847.184)	(810.008)	(1.370.198)	(1.031.654)	
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(251.603)	(144.722)	(239.658)	(154.244)	
Depreciação e amortização	14/15/16	(940.865)	(689.405)	(1.163.624)	(816.964)	
Resultado de equivalência patrimonial	12 13	286.866	428.875	(35.738)	99.328	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	27 28	(126.445)	118.035	(116.934)	261.760	
		(7.269.185)	(6.592.825)	(9.667.261)	(8.016.203)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		504.117	236.571	771.635	470.602	
Receitas financeiras		560.687	467.157	695.425	491.577	
Despesas financeiras	29	(2.350.728)	(1.011.314)	(2.736.458)	(1.180.588)	
Resultado financeiro		(1.790.041)	(544.157)	(2.041.033)	(689.011)	
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.285.924)	(307.586)	(1.269.398)	(218.409)	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11	786.949	898.247	770.423	809.070	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(498.975)	590.661	(498.975)	590.661	
Lucro (prejuízo) atribuível a:						
Acionistas controladores		(498.975)	590.661	(498.975)	590.661	
Lucro (prejuízo) por ação						
Básico (reais por ação)	24	(0,075)	0,089	(0,075)	0,089	
Diluído (reais por ação)	24	(0,075)	0,088	(0,075)	0,088	
, , ,	-	1-7- 7	-,	\-,- ·/	-,	



Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(498.975)	590.661
Items que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes – ORA	1.776	(17.466)
Efeito dos impostos	(604)	7.155
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	1.172	(10.311)
_		
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(497.803)	580.350
Atribuível a:		
Acionistas controladores	(497.803)	580.350



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

					Reserva de lucros					
Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (prejuízo) do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.952.282	390.644	(603.681)	122.968	1.003.374	130.194	318.355	-	11.151	7.325.287
Aumento de capital	6.481.251	-	_	_	_	_	_	_	_	6.481.251
Gastos com emissão de ações, líquidas de impostos	(81.035)	-	_	_	-	_	-	_	-	(81.035)
Deságio na subscrição de ações	(0000)	(2.022.251)	_	_	_	_	-	-	-	(2.022.251)
Plano de ações	-	118.070	_	-	-	-	-	-	-	118.070
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	(1.055.885)	-	-	-	-	-	-	(1.055.885)
Ações em tesouraria vendidas	-	(219.118)	210.407	-	-	-	-	-	-	(8.711)
Contraprestação por aquisição	-	95.600	-	-	-	-	-	-	-	95.600
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(130.194)	-	-	-	(130.194)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	(595.752)	-	595.752	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	=	-	590.661	=	590.661
Destinações										
Reserva legal	-	-	-	14.474	-	-	-	(14.474)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(41.251)	-	(41.251)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	58.749	-	(58.749)	-	-
Reserva de lucros		=	-	-	175.013	-	301.174	(476.187)	=	-
	6.400.216	(2.027.699)	(845.478)	14.474	(420.739)	(71.445)	896.926	=	=	3.946.255
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	(10.311)	(10.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.352.498	(1.637.055)	(1.449.159)	137.442	582.635	58.749	1.215.281	-	840	11.261.231
Plano de ações 24	-	53.750	-	-	-	-	-	-	-	53.750
Ações em tesouraria alienadas 24	-	(132.025)	203.350	-	-	-	-	-	-	71.325
Reclassificação de contraprestação por aquisição	-	(181.053)	-	-	-	-	-	-	-	(181.053)
Dividendos adicionais propostos 24	-	-	-	-	-	(58.749)	-	-	-	(58.749)
Prejuízo do exercício 24	-	-	-	-	-	-	-	(498.975)	-	(498.975)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	_	-	(498.975)	-	-	498.975	-	-
•	-	(259.328)	203.350	-	(498.975)	(58.749)	-	-	-	(613.702)
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-		-			1.172	1.172
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.352.498	(1.896.383)	(1.245.809)	137.442	83.660	-	1.215.281	-	2.012	10.648.701



Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Note	Controla	dora	Conso	lidado
	Nota	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(498.975)	590.661	(498.975)	590.661
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa					
gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	11	(706.040)	(000 247)	(770 422)	(900.070)
Depreciação e amortização	14 15 16	(786.949) 940.865	(898.247) 689.405	(770.423) 1.163.624	(809.070) 816.964
Juros sobre empréstimos,financiamentos e arrendamentos provisionados	14 15 16	1.157.231	397.213	1.213.425	399.357
Rendimento de títulos e valores mobiliários	14/20	(37.657)	(35.041)	(37.657)	(35.041)
Equivalência patrimonial	12 13	(286.866)	(428.875)	35.738	(99.328)
Movimentação da provisão para perdas em ativos	.0	503.468	673.387	512.658	691.091
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	114.283	(274.981)	66.706	(417.548)
Resultado na venda de ativo imobilizado	28	1.357	(588)	695	` (588)
Apropriação da receita diferida	28	(62.657)	(52.657)	(75.958)	(55.891)
Despesas com plano de ações		85.315	118.070	116.677	118.070
Lucro líquido do exercício ajustado		1.129.415	778.347	1.726.510	1.198.677
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(1.002.786)	(636.527)	(1.451.867)	(647.788)
Títulos e valores mobiliários		1.289.570	(301.075)	1.289.730	(299.551)
Estoques		1.105.560	(2.920.398)	1.152.038	(2.923.148)
Contas a receber de partes relacionadas		912.810	(1.501.035)	1.145.572	(1.340.988)
Tributos a recuperar		(906.631)	(1.491.577)	(936.811)	(1.468.540)
Depósitos judiciais		(299.391)	(274.595)	(460.329)	(344.919)
Outros ativos		(33.238)	(14.110)	107.546	(128.132)
Variação nos ativos operacionais		1.065.894	(7.139.317)	845.879	(7.153.066)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(89.703)	(1.780.660)	102.632	(2.022.060)
Parceiros e outros depósitos			(57.044)	133.746	541.624
Salários, férias e encargos sociais Tributos a recolher		5.636	(57.044)	50.320	(3.478)
Contas a pagar a partes relacionadas		20.211 60.813	36.953 6.759	6.727 27.209	6.825 (4.984)
Outros passivos		201.208	91.728	160.427	(66.862)
Variação nos passivos operacionais		198.165	(1.702.264)	481.061	(1.548.935)
•		130.100	` ,		
Imposto de renda e contribuição social pagos		273.201	(5.475)	(59.826)	(97.065)
Recebimento de dividendos Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2.666.675	29.454 (8.039.255)	70.498 3.064.122	<u>29.454</u> (7.570.935)
		2.000.073	(0.055.255)	3.004.122	(1.010.000)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	44145	(040,000)	(040.047)	(005.400)	(000 040)
Aquisição de imobilizado	14 15 16	(216.838)	(812.247)	(265.129)	(863.049)
Aquisição de ativo intangível Aumento de capital em controlada	12	(302.757) (123.794)	(208.652) (625.414)	(430.282)	(301.073)
Pagamento por aquisição de controlada	12	(595.796)	(023.414)	(620.147)	(153.281)
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração		64.261	_	272.000	(100.201)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.174.924)	(1.646.313)	(1.043.558)	(1.317.403)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			,/	,	
Captação de empréstimos e financiamentos	20	_	6.300.273	400.000	6.300.273
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	(7.917)	(1.617.420)	(383.261)	(1.687.720)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(591.701)	(128.378)	(616.462)	(131.313)
Pagamento de arrendamento mercantil	14	(470.226)	(362.440)	(487.186)	(373.751)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	14	(314.441)	(242.554)	(321.543)	(244.699)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(99.966)	(146.133)	(99.966)	(146.133)
Aquisição de ações em tesouraria		-	(1.050.151)	-	(1.050.151)
Aumento (redução) de fornecedores – convênio		(657.490)	3.209.341	(658.319)	3.206.459
Recursos provenientes com emissão de ações		-	3.981.250	-	3.981.250
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos			(81.035)	-	(81.035)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.141.741)	9.862.753	(2.166.737)	9.773.180
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(649.990)	177.185	(146.173)	884.842
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	05	1.458.754	1.281.569	2.566.218	1.681.376
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	05	808.764	1.458.754	2.420.045	2.566.218
·					
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(649.990)	177.185	(146.173)	884.842



Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consoli	ado	
	2022	2021	2022	2021	
Receitas					
Venda de mercadorias, produtos e serviços	34.925.529	36.332.536	43.889.925	41.301.000	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(251.603)	(144.722)	(239.658)	(154.244)	
Outras receitas operacionais	` 48.903	`785.141	` 87.28 4	877.592	
•	34.722.829	36.972.955	43.737.551	42.024.348	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(23.567.823)	(25.756.411)	(28.238.326)	(28.205.520)	
Materiais, energia, servicos de terceiros e outros	(4.267.963)	(4.573.370)	`(5.603.196)	(5.187.057)	
Perda e recuperação de valores ativos	(87.195)	(138.987)	(95.694)	(149.277)	
	(27.922.981)	(30.468.768)	(33.937.216)	(33.541.854)	
Valor adicionado bruto	6.799.848	6.504.187	9.800.335	8.482.494	
Depreciação e amortização	(940.865)	(689.405)	(1.163.624)	(816.964)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	5.858.983	5.814.782	8.636.711	7.665.530	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	286.866	428.875	(35.738)	99.328	
Receitas financeiras	560.687	467.157	695.425	491.577	
Valor adicionado total a distribuir	6.706.536	6.710.814	9.296.398	8.256.435	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos:					
Remuneração direta	1.719.575	1.647.118	2.427.759	2.034.427	
Benefícios	323.428	404.038	438.227	493.308	
FGTS	131.754	126.019	205.593	169.316	
	2.174.757	2.177.175	3.071.579	2.697.051	
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais	100.554	246.777	1.000.025	809.637	
Estaduais	2.479.627	2.510.674	2.785.587	2.723.408	
Municipais	89.102	75.965	143.530	114.540	
•	2.669.283	2.833.416	3.929.142	3.647.585	
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros	2.185.678	955.879	2.549.859	1.116.417	
Aluguéis	59.797	58.660	73.361	71.909	
Outras	115.996	95.023	171.432	132.812	
	2.361.471	1.109.562	2.794.652	1.321.138	
Remuneração de capital próprio:			• ··• • - -		
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	100.000	_	100.000	
Lucro retido(prejuízo acumulado)	(498.975)	490.661	(498.975)	490.661	
u /· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(498.975)	590.661	(498.975)	590.661	
	6.706.536	6.710.814	9.296.398	8.256.435	
	0.100.000	0.7 10.017	J.230.030	0.200.700	



Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MGLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp. O SuperApp é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais ("sellers"). Suas controladas em conjunto (nota 13), oferecem serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuia 1.339 lojas e 23 centros de distribuição (1.481 lojas e 26 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2021) localizados em todas as regiões do País. A Companhia atua também nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br, www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br, www.shoestock.com.br, www.kabum.com.br e seus respectivos aplicativos "mobile", bem como pelos aplicativos de "food delivery" AiQfome, Tônolucro e Plus Delivery.

Em 09 de março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.



2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detem, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A base de consolidação da Companhia inclui:

		Participação dire	eta ou indireta %
Nome da controlada	Principal atividade	2022	2021
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplace	-	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog) Luizalabs Sistemas de	Empresa de serviços logísticos Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de	100%	100%
Informação	bens de consumo	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	100%
Magalu Pagamentos	Instituição de Pagamentos	100%	100%
Kabum	Comércio eletrônico de equipamentos de informática	100%	100%

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.



2.2. Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, afetou os negócios e atividades econômicas em escala global. A Companhia instituiu, desde o seu início, um Comitê de Contingência interno, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e elegeu três prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Dentro desses três pilares de enfrentamento da crise, a Companhia tomou algumas medidas, bem como fez determinadas avaliações em linha com os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisando os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras, tais como avaliação de risco de continuidade operacional e indicativos de possível redução do valor de seus ativos. A conclusão destas análises foi a inexistência de riscos de continuidade operacional, bem como de redução de valor de seus ativos.

No exercício de 2022, a Companhia não identificou indicativos de redução de valor de seus ativos. Adicionalmente, na data de divulgação dessas demonstrações contábeis, todas as lojas físicas da Companhia estavam operando normalmente.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment")

i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu



valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros préfixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para perda esperada de créditos.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de revendas de mercadorias", também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.5. Benefícios de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar



esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

3.6. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

3.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotálas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17/CPC 50 Contratos de seguro: nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Companhia. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 1 Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração



- vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 8 Definição de estimativas contábeis. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.
- Alterações ao IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 12: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- Nota explicativa 10 determinação dos créditos tributários de ICMS a recuperar incluídos nas ações judiciais, cujo trânsito em julgado é esperado para os próximos meses.
- Nota explicativa 10 e 11 determinação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, levantados em função da aplicação do conceito da lei complementar 160/2017 e atualização Selic sobre indébitos tributários.
- Nota explicativa 14 determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Nota explicativa 8 Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;



- Nota explicativa 10 Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Nota explicativa 11 Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 15 e 16 Imobilizado e Intangível estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 16 e 12b A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.
- Notas explicativas 23 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 31 Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("*impairment*): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Caixa
Bancos
Depósitos a curto prazo
Fundos de investimentos não exclusivos

	Control	adora	Consolidado		
Taxas	2022	2021	2022	2021	
	95.911	37.732	96.583	38.775	
	106.752	73.410	153.431	750.450	
De 85% a 101% CDI	606.101	1.347.612	2.132.556	1.742.161	
De 92,5% a 100% CDI	-	-	37.475	34.832	
	808.764	1.458.754	2.420.045	2.566.218	

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 31.



6. Títulos e valores mobiliários

		Contro	ladora	Consolidado	
Ativos financeiros	Taxas	2022	2021	2022	2021
	100% a				
Fundo de investimento não exclusivo	105% CDI	14.525	12.734	14.525	12.734
Fundo de investimento exclusivo:	(a)				
Operações compromissadas		-	27.512	-	27.512
Direitos creditórios		44.500	32.500	44.500	32.500
Títulos públicos federais		245.273	1.483.465	245.273	1.483.625
		304.298	1.556.211	304.298	1.556.371

⁽a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 31.

7. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de revendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota explicativa 31.

	Controla	dora	Consolic	lado
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	3.430.696	3.111.344	5.383.828	4.618.014
Cartões de débito (a)	11.375	9.417	12.041	14.396
Crédito direto ao consumidor (b)	1.197.994	789.111	1.197.994	789.111
Serviços a clientes (c)	230.431	166.625	257.661	208.837
Demais contas a receber (d)	15.381	44.139	134.417	182.588
Total de contas a receber de clientes	4.885.877	4.120.636	6.985.941	5.812.946
Provenientes de acordos comerciais (e)	315.578	295.757	392.777	343.837
Provisão para perda esperada de créditos	(266.709)	(151.426)	(270.761)	(169.588)
Ajuste a valor presente	(330.531)	(319.085)	(330.531)	(319.085)
	4.604.215	3.945.882	6.777.426	5.668.110
Ativo circulante	4.587.059	3.928.531	6.760.270	5.650.759
Ativo não circulante	17.156	17.351	17.156	17.351

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 45 dias na controladora e 51 no consolidado em 31 de dezembro de 2022 (35 dias na Controladora e 44 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).



- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Magalu Pagamentos e que será repassado aos parceiros ("sellers") conforme descrito na nota 18. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos cedidos à certas adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$ 2.693.143 (R\$ 2.656.104 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$ 4.944.607 (R\$ 5.165.898 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia do entre 105,9% e 108,72% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.
- (c) Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- (d) Refere-se principalmente a recebíveis de serviços de transporte das controladas Magalog e GFL Logística para terceiros, bem como serviços prestados e cargas nas contas de pagamentos da Hub Fintech.
- (e) Refere-se a valores de bonificações a serem recebidos de fornecedores, devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). O saldo apresentado está líquido do valor a ser compensado por encontro de contas com saldos a pagar dos respectivos fornecedores, previsto em acordo de parceria entre as partes.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

Saldo inicial (+) Adições (-) Baixas Saldo final

Control	Controladora		dado
2022	2021	2022	2021
(151.426)	(95.832)	(169.588)	(115.207)
(344.453)	(167.496)	(342.551)	(174.278)
229.170	111.902	241.378	119.897
(266.709)	(151.426)	(270.761)	(169.588)

A análise de risco de crédito está apresentada na nota 31.

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

Valores a vencer:
Até 30 dias
Entre 31 e 60 dias
Entre 61 e 90 dias
Entre 91 e 180 dias
Entre 181 e 360 dias
Acima de 361 dias

Valores vencidos:
Até 30 dias
Entre 31 e 60 dias
Entre 61 e 90 dias
Entre 91 e 180 dias
Entre 91 e 180 dias

Contas a receber de clientes			Prove	nientes de ac	ordos comer	ciais	
	oladora		olidado	Contro		Consol	
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
255.845	217.534	452.821	637.694	57.191	40.577	82.998	57.714
279.652	151.049	348.570	477.043	54.408	52.469	88.838	75.429
716.831	167.493	824.887	416.689	66.514	52.238	69.989	52.970
2.134.903	867.283	3.246.201	1.059.054	108.735	53.630	108.944	53.630
1.244.850	2.556.412	1.858.988	3.041.805	7.503	63.710	7.586	63.710
53.802	52.636	53.885	55.423	-	263	-	288
4.685.883	4.012.407	6.785.352	5.687.708	294.351	262.887	358.355	303.741
45.820	31.573	46.415	32.628	8.717	19.670	9.724	22.223
36.293	20.500	36.293	22.041	1.085	7.480	5.767	10.740
30.924	16.239	30.924	16.239	107	1.133	3.608	1.133
86.957	39.917	86.957	54.330	11.318	4.587	15.323	6.000
199.994	108.229	200.589	125.238	21.227	32.870	34.422	40.096
4.885.877	4.120.636	6.985.941	5.812.946	315.578	295.757	392.777	343.837



8. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição

Mercadorias para revenda Material para consumo Provisões para perdas nos estoques

Controladora		Consolidado			
2022	2021	2022	2021		
6.755.508	7.971.149	7.943.173	9.210.072		
15.929	44.921	31.380	65.698		
(162.468)	(142.526)	(184.484)	(163.556)		
6.608.969	7.873.544	7.790.069	9.112.214		

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 21.834 (R\$ 21.846 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

Saldo inicial
Constituição da provisão
Estoques baixados ou vendidos
Saldo no final

Controladora	1	Consolidado	0
2022	2021	2022	2021
(142.526)	(90.108)	(163.556)	(101.178)
(159.015)	(505.891)	(170.107)	(519.663)
139.073	453.473	149.179	457.285
(162.468)	(142.526)	(184.484)	(163.556)



9. Partes relacionadas

		Ativo (Pa			Resultado			
	Controlac		Consoli		Controladora		Consol	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	4.255	2.478	4.255	2.478	242.942	240.532	242.942	240.532
Cartão de crédito	2.500.360	3.592.443	2.500.360	3.592.443	(333.569)	(198.678)	(333.569)	(198.678)
Repasses de recebimentos	(69.879)	(46.638)	(69.879)	(46.638)	=	-	-	-
Dividendos a receber	-	35.018	-	35.018		-		-
Reembolso de despesa compartilhadas	7.191	22.193	7.191	22.193	135.610	129.987	135.610	129.987
	2.441.927	3.605.494	2.441.927	3.605.494	44.983	171.841	44.983	171.841
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	57.531	40.760	57.531	40.760	497.580	447.629	497.580	447.629
Dividendos a receber	8.831	8.953	8.831	8.953	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(80.301)	(66.074)	(80.301)	(66.074)	•	-	•	-
	(13.939)	(16.361)	(13.939)	(16.361)	497.580	447.629	497.580	447.629
Total de Controladas em conjunto	2.427.988	3.589.133	2.427.988	3.589.133	542.563	619.470	542.563	619.470
Netshoes (iii)								
Reembolso de despesas	22.352	10.854	-	-	-	-	-	-
Desconto de títulos	-	-	_	(4.053)	_	_	_	_
Comissões por serviços prestados	-	-	-	- (19.935	12.935	-	-
3,	22.352	10.854	-	(4.053)	19.935	12.935	-	-
Época Cosméticos (iv)				()	10.000	.2.000		
Comissões por serviços prestados	1.614	1.333	_	_	7.943	3.962	_	_
Kabum (v)	1.014	1.000			710-10	0.002		
Comissões por serviços prestados	3.924	_	_	_	11.363	_	_	_
Redução Capital	21.488	-	-	_	11.303	_	-	_
redução oupital	25.412				11.363			
Luiza Administradora de Consórcio (vi)	25.412				11.303			
Comissões por serviços prestados	1.378	2.643	_	_	15.434	15.216	_	_
Dividendos a receber	4.633	2.703	_		13.737	13.210	_	_
Grupo de Consórcios	(804)	(362)	(804)	(362)	_		_	_
Grupo de Corisorcios	5.207	4.984	(804)	(362)	15.434	15.216	-	-
Magalog (vii)	5.207	4.904	(004)	(302)	13.434	13.210	-	-
Repasses de recebimentos	(61.358)	(50.357)			_			
Despesas com fretes	(61.336)	(50.557)	-	-	(1.570.114)	(954.355)	-	-
Despesas com freies	(04.050)	(50.057)		-			<u> </u>	<u>-</u>
Manaki Banamantan (sili)	(61.358)	(50.357)	-	-	(1.570.114)	(954.355)	-	-
Magalu Pagamentos (viii)	644.007	405.070			(400 700)	(74.554)		
Repasses de recebimentos	644.887	465.672	-	-	(162.728)	(74.554)	-	-
Joven Nerd (ix)	(0.40)				(0.40)			
Veiculação de publicidade	(940)	-	-	-	(940)	-	-	-
Luizalabs (x)	(40.004)	(40.404)						
Desenvolvimento de sistemas	(13.094)	(13.101)	-	-	-	-	-	-
Total de Controlados	504.000	440.005	(004)	(4.445)	(4.070.407)	(000 700)		
Total de Controladas	624.080	419.385	(804)	(4.415)	(1.679.107)	(996.796)	-	-
MTG Participações (xi)	(0.740)	(0.400)	(0.00)	(0.500)	//m == //	(0.4.700)	(4=4)	(0.4.500)
Aluguéis e outros repasses	(2.713)	(2.463)	(2.783)	(2.529)	(45.661)	(34.562)	(45.661)	(34.562)
PJD Agropastoril (xii)		<i>i</i> =					44 4==1	-
Aluguéis, fretes e outros repasses	(104)	(51)	(104)	(51)	(1.152)	(1.847)	(1.152)	(1.847)
LH Participações (xiii)								
Aluguéis	(201)	(156)	(201)	(156)	(2.414)	(2.144)	(2.414)	(2.144)
ASENOVE Administração (xiv)								
Aluguéis	-	-	-	-	(151)	-	(151)	-
ETCO - SCP (xv)								-
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(9.441)	(7.405)	(9.441)	(7.405)
Despesa com veiculação de mídia	(35)	=	(35)	-	(295.038)	(233.319)	(295.038)	(233.319)
	(35)	-	(35)	-	(304.479)	(240.724)	(304.479)	(240.724)
Total de outras partes relacionadas	(3.053)	(2.670)	(3.123)	(2.736)	(353.857)	(279.277)	(353.857)	(279.277)
Total de partes relacionadas	3.049.015	4.005.848	2.424.061	3.581.982	(1.490.401)	(656.603)	188.706	340.193
rotar de partes relacionadas	3.043.013	4.000.040	2.727.001	J.JUT.JUZ	(1.430.401)	(000.003)	100.700	J 4 0.133



Ativo (Passivo) Resultado

Controladora Consolidado Controladora Consolidado

2022 2021 2022 2021 2022 2021 2022 2021

36.094

32.716

36.094

32.716

1.543.637

Operações com fundos de investimento exclusivos – classificados como Títulos e valores mobiliários(xvi)

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
Reconciliação	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de partes relacionadas	3.305.722	4.201.742	2.576.572	3.707.284
Contas a pagar a partes relacionadas	(256.707)	(195.894)	(152.511)	(125.302)
	3.049.015	4.005.848	2.424.061	3.581.982

245.273

- . As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
 - (a) Recebíveis em cartões de crédito private label e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;

245.273

1.543.477

- (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
- (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred:
- II. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- III. Os valores da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de Marketplace da Controladora.
- IV. As transacões com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace da Controladora.
- V. As transações com a KaBuM, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da Controladora. Em 2022, a Companhia aprovou uma redução de capital na controlada KaBuM no valor de R\$ 50 milhões (vide nota 12), onde parte do valor não havia sido liquidado até o encerramento destas informações trimestrais.
- VI. Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Luiza (LACs), controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à "LAC" referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- VII. As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete e repasse de recebíveis.
- VIII. As transações com a Magalu Pagamentos, controlada integral, referem-se às comissões a receber pelas vendas transacionadas em sua plataforma pelos sellers de Marketplace, bem como taxas pagas pelo uso da operação de subadquirência oferecida.
- IX. As transações com a Jovem Nerd, controlada integral, referem-se a veiculação de propaganda.
- X. Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pela controlada Luizalabs Computação e Sistemas de Informação Ltda.
- XI. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e reembolso de despesas.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022



- As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- XIII. As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluquéis de prédios comerciais e escritório central.
- XIV. As transações com a ASENOVE Administração e Participações Ltda., controlada por um acionaista controlador da Companhia, referem-se a despesa com aluquel de prédio comercial.
- As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, XV. referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- XVI. Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e BB MGL Fundo de Investimento RF Longo Prazo, vide Nota 6 - Títulos e valores mobiliários).

Remuneração da Administração b)

	202	22	202	21
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	4.056	7.992	4.056	8.018
Plano de ações	13.095	23.548	19.668	32.692

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota 23. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. A remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 18 de abril de 2022, em que foi previsto o limite de R\$ 59.394 para o exercício de 2022.

10. Tributos a recuperar

	Controlad	ora	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021		
ICMS a recuperar (a)	2.689.730	2.001.716	2.748.199	2.052.515		
PIS e COFINS a recuperar (b)	720.188	555.098	929.340	771.339		
Outros	3.614	3.613	10.514	6.959		
	3.413.532	2.560.427	3.688.053	2.830.813		
Ativo circulante	1.376.204	1.151.721	1.564.188	1.279.257		
Ativo não circulante	2.037.328	1.408.706	2.123.865	1.551.556		

- (a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos Estados de origem do crédito.
 - A Companhia possui ações judiciais, em diversos Estados, que discutem o aproveitamento dos valores de ressarcimento do ICMS/ST decorrentes da venda a consumidor final por valor inferior à base de cálculo presumida de períodos anteriores à repercussão geral dada pelo STF ao tema em 2016, cujo trânsito em julgado é esperado para os próximos meses. Com base no avanço processual do tema, a Companhia fechou o entendimento de que o desfecho favorável para suas ações é praticamente certo, e obteve opiniões legais junto aos seus assessores que confirmam esse entendimento e, sendo assim, reconheceu em 2021 contabilmente os créditos atualizados no montante de R\$ 539.796, sendo R\$ 348.383 de principal e R\$ 191.413 de atualização monetária.
- (b) No exercício de 2019 a Companhia obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo processos relacionados à discussão do Magazine Luiza S.A. e sua incorporada FS Vasconcelos Ltda. Dois dos processos foram ajuizados no ano 2007, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2002 até o período de 2014, outro processo foi protocolado em 2017 que garante o direito ao crédito para o período pós Lei 12.973/14. O montante registrado para estes processos foi de R\$ 1.190.050, sendo R\$ 713.455 de principal e R\$ 476.595 de atualização monetária.

Também em 2019 transitou em julgado processo da controlada Netshoes sobre o mesmo tema, processo este ajuizado em 2014 e que garante o crédito tributário desde o período de 2009 até 2014, cujo montante registrado foi de R\$ 119.035, sendo R\$ 73.093 de principal e R\$ 45.942 de atualização monetária.

A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com o apoio de assessores legais e tributários, considerando os períodos acima indicados e o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sem qualquer restrição, uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Companhia deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos.

A compensação dos créditos tributários está ocorrendo na medida em que as habilitações via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil são efetuadas.

11. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

IRPJ e CSLL a recuperar (a) IRRF a compensar

Controlado	ora	Consolidad	do
2022	2021	2022	2021
218.403	173.658	243.582	189.924
40.435	31.654	70.875	44.962
258.838	205.312	314.457	234.886

(a) Considerando a evolução das discussões e jurisprudências da aplicação da Lei Complementar 160/2017, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, revisou a aplicação para a equiparação dos incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimento, sem fazer qualquer distinção em relação a sua forma de concessão, e, com isso, reconheceu créditos extemporâneos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, referente aos períodos de 2017 a 2020, baseada na avaliação de que o êxito em caso de eventual questionamento é possível com viés de provável, de acordo com o ICPC 22 – Incertezas sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23). Sendo assim, a Companhia revisou suas apurações fiscais e realizou o lançamento em contrapartida as rubricas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício. A compensação dos créditos fiscais será realizada com imposto de renda e contribuição social ou outros tributos federais.

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

	Control	adora	Consoli	dado
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal vigente	(1.285.924) 34%	(307.587) 34%	(1.269.398) 34%	(218.409) 34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	437.214	104.580	431.595	74.259
unquotas vigentes				
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	97.534	145.818	(12.151)	33.772
Efeito dos juros sobre capital próprio	-	34.000	-	34.000
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal	-	-	81.442	45.797
Efeito de subvenção governamental (1)	177.853	300.418	193.020	313.488
Juros de indébitos tributários (2)	76.452	324.635	80.529	324.635
Outras exclusões permanentes, líquidas	(2.104)	(11.204)	(4.012)	(16.881)
Débito de imposto de renda e contribuição social	786.949	898.247	770.423	809.070
Corrente	35.253	225.742	(34.725)	109.928
Diferido	751.696	672.505	805.148	699.142
Total	786.949	898.247	770.423	809.070
Taxa efetiva	61,2%	292,0%	60,7%	370,4%

- (1) Conforme comentado no item "a" acima, a Companhia, no exercício regular de suas atividades, usufrui de uma série de benefícios fiscais concedidos pelos Estados da Federação. Considerando o conceito atribuído pela Lei Complementar 160/2017, estes benefícios se caracterizam como subvenção para investimentos e, de acordo com o CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, são registrados na demonstração do resultado do exercício.
- (2) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL e da PIS/COFINS sobre a Selic em créditos fiscais. Em razão da decisão do STF, a Companhia realizou a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo, avaliando que é provável que o tema seja aceito pelas autoridades, nos termos da ICPC 22 Incerteza sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23).



Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

c) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado			
	Saldo em 2021	Resultado	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Resultado	Combinação de negócios (1)	Saldo em 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	503.823	529.587	1.033.410	547.235	548.874	-	1.096.109
Provisão para perda esperada de créditos	51.485	39.196	90.681	51.485	39.196	-	90.681
Provisão para perda nos estoques	48.459	6.780	55.239	48.762	6.780	-	55.542
Provisão para ajustes a valor presente	80.605	3.393	83.998	80.605	3.393	-	83.998
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	220.466	56.578	277.044	336.353	56.578	-	392.931
Provisão para plano de ações	109.602	17.926	127.528	109.602	17.926	-	127.528
Diferença temporária sobre arrendamentos	70.026	32.941	102.967	70.026	32.941	-	102.967
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	(41.679)	(294.344)	65.138	(28.822)	(258.028)
Depósitos judiciais	628	(11)	617	628	(11)	-	617
Créditos tributários diferidos ²	(169.164)	67.015	(102.149)	(169.164)	37.559	-	(131.605)
Outras provisões	(19)	(1.709)	(1.728)	20.024	(3.226)	-	16.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	874.232	751.696	1.625.928	801.212	805.148	(28.822)	1.577.538

- (1) Em função da conclusão do trabalho de alocação do preço de aquisição da controlada KaBuM, dentro do período de mensuração permitido pela norma contábil, a Companhia complementou o valor de IR/CS diferidos sobre o valor justo dos intangíveis identificados.
- (2) Refere-se à exclusões temporárias da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relacionadas ao reconhecimento de créditos tributários, cujo benefício fiscal é observado em momento distinto ao reconhecimento contábil.

	Controladora			Consolidado				
	Saldo em 2020	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2021	Saldo em 2020	Resultado	Combinação de negócios	Saldo em 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	466.143	37.680	503.823	19.334	477.632	50.269	547.235
Provisão para perda esperada de créditos	32.583	18.902	-	51.485	32.583	18.902	-	51.485
Provisão para perda nos estoques	30.637	17.822	-	48.459	30.940	17.822	-	48.762
Provisão para ajustes a valor presente	17.092	63.513	-	80.605	17.092	63.513	-	80.605
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	200.447	20.019	-	220.466	291.113	19.180	26.060	336.353
Provisão para plano de ações	69.392	40.210	-	109.602	69.392	40.210	-	109.602
Diferença temporária sobre arrendamentos	44.967	25.059		70.026	44.967	25.059	-	70.026
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	-	(41.679)	(161.284)	15.583	(148.643)	(294.344)
Depósitos judiciais	(11.394)	12.022	-	628	(11.394)	12.022	-	628
Créditos tributários diferidos	(186.184)	17.020	-	(169.164)	(186.184)	17.020	-	(169.164)
Outras provisões	8.186	(8.205)	-	(19)	25.334	(7.801)	2.491	20.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	164.047	672.505	37.680	874.232	171.893	699.142	(69.823)	801.212

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	2021	Diferido Ativo	Diferido Passivo	2022
Controladora	874.232	1.625.928	-	1.625.928
Netshoes	(10.105)	2.474	-	2.474
KaBuM	(84.164)	-	(98.953)	(98.953)
Consórcio Luiza	795	1.399	-	1.399
Época Cosméticos	10.176	8.283	-	8.283
Magalog	26.759	42.402	-	42.402
Softbox	3.004	5.874	-	5.874
Magalu Pagamentos	(19.485)	-	(9.869)	(9.869)
Consolidado	801.212	1.686.360	(108.822)	1.577.538

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos

A controlada Netshoes acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a controlada Netshoes apresentar lucro tributável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Netshoes possui o montante de R\$ 357.923 (R\$ 381.545 em 31 de dezembro de 2021) de impostos diferidos não constituídos, sendo R\$ 304.351 (R\$ 305.019 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$ 53.582 (R\$ 76.526 em 31 de dezembro de 2021) relacionado às diferenças temporárias.

e) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 /CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro: i) como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; ii) ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

Com execeção dos assuntos mencionados no item b) (1) e (2) acima, a Administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nestas demonstrações contábeis.

12. Investimentos em controladas

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

a. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Posição em 31/12/2022

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalu Pagamentos	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532.428	1.976.774	34.405.475	2.000.000	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	824.577	1.568.602	263.682	2.369.705	92.694	304.537	87.600
Ativo Não Circulante	581.208	123.749	162.785	534.781	10.798	329.042	228.291
Passivo Circulante	706.539	735.826	197.744	2.277.381	23.770	311.320	99.734
Passivo Não Circulante	231.852	504.811	13	197.077	4.359	54.500	10.828
Capital Social	630.683	250.882	108.005	2.000	50.050	254.507	125.851
Patrimônio Líquido	467.394	451.714	228.710	430.028	75.363	267.759	205.329
Receita Líquida	2.449.574	3.248.679	864.724	829.461	146.409	1.756.663	23.649
Lucro Líquido (Prejuízo)	56.498	178.958	75.996	66.790	19.495	(33.202)	(15.193)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalu Pagamentos	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs	Total
Saldo inicial	1.098.743	1.738.137	175.727	563.283	60.817	238.986	221.912	4.097.605
AFAC/(Redução de capital)¹	12.763	(50.000)	18.600	-	-	71.877	20.554	73.794
Outros resultados abrangentes	(661)	-	-	-	(316)	-	-	(977)
Plano de ação	3.484	9.411	(60)	(45)	-	809	14.202	27.801
Reclassificação de contraprestação por aquisição	-	-	-	-	-	(3.000)	(1.500)	(4.500)
Dividendos pagos	-	-	-	(200.000)	(4.633)	-	-	(204.633)
Remensuração do ágio	-	68.037	-	` -	` -	-	-	` 68.037
Equivalência patrimonial	53.754	157.412	75.996	66.790	19.495	(33.548)	(17.295)	322.604
Saldo final	1.168.083	1.922.997	270.263	430.028	75.363	275.124	237.873	4.379.731

⁽¹⁾ A Companhia aprovou, em 16 de setembro de 2022, uma redução de capital social da controlada KaBuM!, por ser considerado excessivo em relação às atividades desenvolvidas, no valor de R\$ 50.000, sem o cancelamento de ações emitidas.



Posição em 31/12/2021

Informações Financeiras	Netshoes	KaBum ¹	Época Cosméticos	Magalu Pagamentos	Integra	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532.428	1.976.774	34.405.475	2.000.000	100	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	791.994	1.199.864	204.022	2.005.967	150	82.068	265.539	59.296
Ativo Não Circulante	564.462	125.828	100.425	552.603	-	4.415	288.833	223.906
Passivo Circulante	743.803	856.045	170.460	1.963.472	-	23.391	262.234	84.606
Passivo Não Circulante	217.344	204.680	13	31.815	-	2.275	60.862	11.329
Capital Social	617.919	2.000	89.405	2.000	4.156	50.050	182.630	105.297
Patrimônio Líquido	395.309	264.967	133.974	563.283	150	60.817	231.276	187.267
Receita Líquida	2.477.798	156.667	725.313	658.811	-	129.530	1.031.358	90.084
Lucro Líquido (Prejuízo)	134.697	13.361	45.329	156.147	-	11.383	(858)	(6.981)

(1) Os valores de receita líquida e lucro líquido no KaBuM referem-se ao período pós fechamento do processo de aquisição;

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalu Pagamentos	Integra	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs	Kelex	Certa	Total
Saldo inicial	763.450	-	121.454	169.536	2.170	52.129	145.212	62.843	1072	481	1.318.347
AFAC/(Redução de capital)	216.170	-	9.000	237.770	-	=	82.079	80.395	-	-	625.414
Aquisição de controladas	-	1.724.776	=	-	-	=	12.800	82.800	-	-	1.820.376
Outros resultados abrangentes	1.853	-	-	-	-	=	-	-	-	-	1.853
Plano de ação	3.427	-	(256)	(170)	-	=	(247)	3.979	-	-	6.733
Dividendos	-	-	-	· · · -	-	(2.695)	-	-	-	-	(2.695)
Acervo líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.328	(844)	(484)	-
Equivalência patrimonial	113.843	13.361	45.329	156.147	-	11.383	(858)	(9.433)	(228)	3	329.547
Saldo final	1.098.743	1.738.137	175.527	563.283	2.170	60.817	238.986	221.912	-	-	4.099.575



b. Conciliação do valor contábil

Controladas	Patrimônio Iíquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia 1	Saldo em 2022
Netshoes	467.394	486.718	213.971	1.168.083
Kabum	451.714	710.911	760.372	1.922.997
Época Cosméticos	228.710	36.826	4.727	270.263
Magalu Pagamentos	430.028	-	-	430.028
Consórcio Luiza	75.363	-	-	75.363
Magalog	267.759	3.756	3.609	275.124
Luizalabs	205.329	25.421	7.123	237.873
	2.126.297	1.263.632	989.802	4.379.731

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia¹	Saldo em 2021
Netshoes	395.309	486.718	216.716	1.098.743
KaBuM	264.967	746.688	726.482	1.738.137
Época Cosméticos	133.974	36.826	4.727	175.527
Magalu Pagamentos	563.283	-	=	563.283
Integra Commerce	150	-	2.020	2.170
Consórcio Luiza	60.817	-	=	60.817
Magalog	231.276	3.756	3.954	238.986
Luizalabs	187.267	25.421	9.224	221.912
	1.837.043	1.299.409	963.123	4.099.575

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

13. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a joint venture são eliminados em proporção à participação na joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da jointventure e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2022 e 2021.



Posição em 31/12/2022

Participação	Luizacred	Luizaseg
Quotas/ ações	31.056.244	12.855
% participação	50%	50%
Ativo Circulante	17.695.963	376.397
Ativo Não Circulante	1.982.452	448.698
Passivo Circulante	18.853.006	385.231
Passivo Não Circulante	71.413	201.962
Capital Social	596.000	133.883
Patrimônio Líquido	753.996	237.902
Receita Líquida	4.208.911	732.367
Lucro Líquido (Prejuízo)	(99.179)	70.651

Movimentação	Luizacred	Luizaseg	Total
Saldo inicial	426.422	(18.642)	407.780
Outros resultados abrangentes	166	1.983	2.149
Dividendos declarados	-	(35.358)	(35.358)
Lucros não realizados / Diferença de prática	(6.448)	(15.026)	(21.474)
Equivalência patrimonial	(49.590)	35.326	(14.264)
Saldo final	370.550	(31.717)	338.833

Posição em 31/12/2021

Participação	Luizacred	Luizaseg
Quotas/ ações	31.056.244	12.855
% participação	50%	50%
Ativo Circulante	15.191.017	276.724
Ativo Não Circulante	1.924.832	486.832
Passivo Circulante	16.169.030	353.579
Passivo Não Circulante	93.975	175.975
Capital Social	483.000	133.883
Patrimônio Líquido	852.844	234.002
Receita Líquida	2.911.596	671.726
Lucro Líquido	152.978	71.619

Movimentação	Luizacred	Luizaseg	Total
Saldo inicial	384.951	1.774	386.725
Outros resultados abrangentes	-	(12.164)	(12.164)
Dividendos declarados	(35.018)	(31.091)	(66.109)
Lucros não realizados	-	(12.971)	(12.971)
Equivalência patrimonial	76.489	35.810	112.299
Saldo final	426.422	(18.642)	407.780

Total de investimentos em controladas em conjunto

Luizacred (a) Luizacred – Diferença de prática (b) Luizaseg (c) Luizaseg - Lucros não realizados (d)

2022	2021
376.998	426.422
(6.448)	=
118.951	117.001
(150.668)	(135.643)
338.833	407.780

(a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e



- operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Contraladora.
- (b) Ajuste de diferença de prática contábil relacionada ao reconhecimento contábil da receita decorrente do acordo de associação realizado entre as partes e descrito na nota explicativa 20, item b.
- (c) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (d) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

14. Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Política Contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. Foi reconhecido como despesas de aluguel variável ou com prazo indeterminado o valor de R\$ 51.397 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 50.260 em 31 de dezembro de 2021).

As movimentações do direito de uso, durante o os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:



	Controladora		Consolid	lado
	2022	2021	2022	2021
Saldo Inicial	3.324.747	2.441.539	3.362.998	2.465.514
Adição/remensuração	872.460	1.383.357	894.016	1.402.714
Adição por combinação de negócios	-	-	-	6.081
Custos diretos	5.038	39.255	5.038	39.255
Baixas	(142.166)	(87.028)	(142.166)	(87.028)
Depreciação	(586.920)	(452.376)	(608.389)	(463.538)
Saldo final	3.473.159	3.324.747	3.511.497	3.362.998
Composição				
Valor do custo	5.206.913	4.472.903	5.287.691	4.543.122
Depreciação acumulada	(1.733.754)	(1.148.156)	(1.776.194)	(1.180.124)
	3.473.159	3.324.747	3.511.497	3.362.998

As movimentações do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

	Controladora		Consolida	ido
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	3.412.288	2.497.323	3.454.678	2.526.304
Adição/remensuração	881.079	1.392.987	901.906	1.412.344
Adição por combinação de negócios	-	-	-	5.363
Pagamento de principal	(470.226)	(362.440)	(487.186)	(373.751)
Pagamento de juros	(314.441)	(242.554)	(321.543)	(244.699)
Juros provisionados	293.140	222.951	297.816	225.096
Baixa	(150.177)	(95.979)	(152.155)	(95.979)
Saldo final	3.651.663	3.412.288	3.693.516	3.454.678
Passivo circulante	604.140	415.329	619.788	433.834
Passivo não circulante	3.047.523	2.996.959	3.073.728	3.020.844

Informações adicionais

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular SNC/SEP 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as caracteríscas dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2022:

i ataais ciii s	T GC GCEC	more ac	LULL.				
Taxa média Fluxo Contratual Pagamentos – Consolidado							
Desconto	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Acima de 2028
7,60%	147.317	93.767	40.010	9.845	-	-	-
7,60%	267.723	268.388	268.435	229.760	130.492	25.841	-
7,74%	95.329	95.777	95.674	95.637	95.956	95.956	167.343
7,71%	43.463	43.491	43.461	43.392	43.524	43.524	164.525
7,70%	58.974	60.116	60.082	60.075	60.041	60.115	456.999
7,78%	80.548	80.962	80.991	81.015	81.015	80.612	852.005
8,50%	12.133	12.435	12.435	12.445	12.447	12.447	161.123
	705.487	654.936	601.088	532.169	423.475	318.495	1.801.995
ıda¹	11,91%	11,91%	11,91%	12,21%	12,21%	12,55%	12,72%
	Taxa média Desconto 7,60% 7,60% 7,74% 7,71% 7,70% 7,78% 8,50%	Taxa média 2023 7,60% 147.317 7,60% 267.723 7,74% 95.329 7,71% 43.463 7,70% 58.974 7,78% 80.548 8,50% 12.133 705.487	Taxa média Fluxo Cont Desconto 2023 2024 7,60% 147.317 93.767 7,60% 267.723 268.388 7,74% 95.329 95.777 7,71% 43.463 43.491 7,70% 58.974 60.116 7,78% 80.548 80.962 8,50% 12.133 12.435 705.487 654.936	Taxa média Fluxo Contratual Pagar Desconto 2023 2024 2025 7,60% 147.317 93.767 40.010 7,60% 267.723 268.388 268.435 7,74% 95.329 95.777 95.674 7,71% 43.463 43.491 43.461 7,70% 58.974 60.116 60.082 7,78% 80.548 80.962 80.991 8,50% 12.133 12.435 12.435 705.487 654.936 601.088	Taxa média Fluxo Contratual Pagamentos – Contratual Pagamentos	Taxa média Fluxo Contratual Pagamentos – Consolidado Desconto 2023 2024 2025 2026 2027 7,60% 147.317 93.767 40.010 9.845 – 7,60% 267.723 268.388 268.435 229.760 130.492 7,74% 95.329 95.777 95.674 95.637 95.956 7,71% 43.463 43.491 43.461 43.392 43.524 7,70% 58.974 60.116 60.082 60.075 60.041 7,78% 80.548 80.962 80.991 81.015 81.015 8,50% 12.133 12.435 12.435 12.445 12.447 705.487 654.936 601.088 532.169 423.475	Taxa média Fluxo Contratual Pagamentos – Consolidado Desconto 2023 2024 2025 2026 2027 2028 7,60% 147.317 93.767 40.010 9.845 – – – 7,60% 267.723 268.388 268.435 229.760 130.492 25.841 7,74% 95.329 95.777 95.674 95.637 95.956 95.956 7,71% 43.463 43.491 43.461 43.392 43.524 43.524 7,70% 58.974 60.116 60.082 60.075 60.041 60.115 7,78% 80.548 80.962 80.991 81.015 81.015 80.612 8,50% 12.133 12.435 12.435 12.445 12.447 12.447 705.487 654.936 601.088 532.169 423.475 318.495

¹Taxa obtida através de cotações de cupons DI x IPCA futuros obervadas na B3 (<u>www.b3.com.br</u>)



15. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

Controladora

Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Veículos Computadores e periféricos Benfeitorias Obras em andamento Outros

Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
045.054	00 545	(40.700)	(05)	4 707	222 222
345.054	33.515	(49.708)	(35)	1.797	330.623
315.404	9.954	(19.673)	(276)	(1.838)	303.571
9.521	2	(3.917)	-	-	5.606
201.590	39.948	(65.657)	(757)	4.169	179.293
704.428	3.115	(76.625)	` -	282.212	913.130
185.125	120.962	` -	-	(282.298)	23.789
16.666	4.304	(3.648)	-	(4.042)	13.280
1.777.788	211.800	(219.228)	(1.068)	-	1.769.292

Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Veículos Computadores e periféricos Benfeitorias Obras em andamento Outros

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2021
	202.754	178.570	(37.949)	(362)	2.041	345.054
	154.172	176.649	(14.912)	(491)	(14)	315.404
	10.197	3.188	(3.640)	(224)	-	9.521
	122.852	113.739	(47.947)	(386)	13.332	201.590
	582.200	2.981	(55.361)	(251)	174.859	704.428
	80.022	280.780	-	(819)	(174.858)	185.125
	19.561	17.085	(4.139)	(481)	(15.360)	16.666
	1.171.758	772.992	(163.948)	(3.014)	-	1.777.788
-			(1001010)	(0.0)		

Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Veículos Computadores e periféricos Benfeitorias Obras em andamento Outros

	2022		2021		
	Depreciação			Depreciação	
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
561.1	70 (230.547)	330.623	533.932	(188.878)	345.054
390.2	47 (86.676)	303.571	383.676	(68.272)	315.404
26.1	40 (20.534)	5.606	31.318	(21.797)	9.521
437.1	75 (257.882)	179.293	397.304	(195.714)	201.590
1.230.1	82 (317.052)	913.130	953.470	(249.042)	704.428
23.7	89 -	23.789	185.125	-	185.125
38.3	91 (25.111)	13.280	39.121	(22.455)	16.666
2.707.0	94 (937.802)	1.769.292	2.523.946	(746.158)	1.777.788



Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	374.353	60,535	(57.385)	(35)	(1.722)	375.746
Máguinas e equipamentos	344.020	10.550	(24.114)	(276)	47	330.227
Veículos	9.759	21	(4.073)	` -	316	6.023
Computadores e periféricos	229.092	43.654	(70.265)	(95)	(6.359)	196.027
Benfeitorias	726.438	4.444	(84.695)	-	300.949	947.136
Obras em andamento	201.842	138.021	-	-	(294.502)	45.361
Outros	53.209	6.112	(5.633)	-	1.271	54.959
	1.938.713	263.337	(246.165)	(406)	-	1.955.479

	Saldo em 31/12/2020	Adicões	aquisição de controlada	Donrasiasão	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2021
	31/12/2020	Aulções	Controlada	Depreciação	DdixdS	Transferencia	31/12/2021
Móveis e utensílios	207.812	198.482	601	(38.866)	(927)	7.251	374.353
Máquinas e equipamentos	182.589	180.105	1.013	(18.812)	(563)	(312)	344.020
Veículos	10.506	3.426	16	(3.726)	(463)	· -	9.759
Computadores e periféricos	132.809	121.463	13.004	(51.307)	(492)	13.615	229.092
Benfeitorias	607.037	4.842	60	(61.275)	(558)	176.332	726.438
Obras em andamento	82.095	297.568	53	-	(1.206)	(176.668)	201.842
Outros	35.314	22.882	22.061	(6.066)	(764)	(20.218)	53.209
	1.258.162	828.768	36.808	(180.052)	(4.973)	-	1.938.713
				•			

Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Veículos Computadores e periféricos Benfeitorias Obras em andamento Outros

	2022			2021	
	Depreciação			Depreciação	
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
620.596	(244.850)	375.746	567.663	(193.310)	374.353
448.744	(118.517)	330.227	438.499	(94.479)	344.020
27.203	(21.180)	6.023	31.948	(22.189)	9.759
487.099	(291.072)	196.027	453.784	(224.692)	229.092
1.321.295	(374.159)	947.136	1.032.631	(306.193)	726.438
45.361	•	45.361	201.842	-	201.842
89.961	(35.002)	54.959	80.295	(27.086)	53.209
3.040.259	(1.084.780)	1.955.479	2.806.662	(867.949)	1.938.713

Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2022	2021
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	10,1%	9,2%

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

A Companhia atualizou suas projeções financeiras nos exercícios apresentados e não foram identificados elementos internos e externos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos específicos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.



16. Intangível

Política contábil

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 3.2.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento".

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2.

As movimentações do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

Controladora

Ágio Software Projetos em andamento Outros

Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
313.856	_	_	_	_	313.856
366.292	56.701	(134.717)	(11)	222.355	510.620
48.732	246.056	-	(278)	(222.355)	72.155
118	-	-	-	-	118
728.998	302.757	(134.717)	(289)	-	896.749

Ágio Software Projetos em andamento Outros

31/12/2021	Transferência	Baixas	Amortização	Adições	31/12/2020
313.856	-	-	-	-	313.856
366.292	180.970	-	(73.081)	15.488	242.915
48.732	(180.970)	-	-	193.164	36.538
118	-	-	-	-	118
728.998	-	-	(73.081)	208.652	593.427

Ágio Software Projetos em andamento Outros

	2022			2021	
	Amortização			Amortização	
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
325.451	(11.595)	313.856	313.856	-	313.856
951.025	(440.405)	510.620	662.513	(296.221)	366.292
72.155	-	72.155	48.732	-	48.732
118	-	118	118	=	118
1.348.749	(452.000)	896.749	1.025.219	(296.221)	728.998



Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ágio	2.249.516	-	(18.534)	-	(2.857)	22.965	2.251.090
Fundo de comércio	2.235	-	-	(36)	-	-	2.199
Carteira de clientes	347.673	77	77.847	(61.844)	-	(5.091)	358.662
Software	775.147	118.628	11.315	(245.084)	(11)	241.496	901.491
Projetos em andamento	52.924	264.408	-	-	(278)	(238.803)	78.251
Marcas e patentes	840.265	49	21	(2.106)	-	(20.836)	817.393
Outros	38.827	-	(20.672)	=	-	269	18.424
·	4.306.587	383.162	49.977	(309.070)	(3.146)	-	4.427.510

Ágio
Fundo de comércio
Carteira de clientes
Software
Projetos em andamento
Marca e patentes
Outros

Saldo em				Adições por aquisição de		Saldo em
31/12/2021	Transferência	Baixas	Amortização	controlada	Adições	31/12/2020
2.249.516	(32.280)	-	-	1.179.056	-	1.102.740
2.235	· -	-	-	-	-	2.235
347.673	-	-	(42.969)	215.978	-	174.664
775.147	203.651	(372)	(130.405)	253.088	79.953	369.232
52.924	(203.651)	-	<u>-</u>	-	215.592	40.983
840.265	37.223	(26)	-	626.302	585	176.181
38.827	(4.943)	` -	-	17.865	4.943	20.962
4.306.587	-	(398)	(173.374)	2.292.289	301.073	1.886.997

	2022			2021	
	Amortização		Amortização		
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
2.262.685	(11.595)	2.251.090	2.249.516	-	2.249.516
2.235	(36)	2.199	2.235	-	2.235
421.222	(62.560)	358.662	395.017	(47.344)	347.673
1.717.287	(815.796)	901.491	1.330.794	(555.647)	775.147
78.251	•	78.251	52.954	(30)	52.924
821.617	(4.224)	817.393	840.463	(198)	840.265
18.424	` -	18.424	39.514	(687)	38.827
5.321.721	(894.211)	4.427.510	4.910.493	(603.906)	4.306.587

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de empresas compreende a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas em cada negócio. Uma UGC relevante identificada é o agrupamento de todas as lojas de redes de varejo físico adquiridas, cujo ágio totaliza R\$ 313.856 e já foram incorporadas. Outras UGCs relevantes identificadas são: i) a vertical de moda e esportes, cujo ágio corresponde substancialmente à aquisição da Netshoes e; ii) operação de e-commerce do KaBuM.



O valor em uso das UGCs é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Varejo Físico	Netshoes	KaBuM
		Taxa a.a.	
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	12,2%	14,5%	13,6%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	8,7%	3,4%	5,3%
Perpetuidade	3,3%	3,3%	3,3%

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as UGCs baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando um acréscimo e redução nas taxas de crescimento e desconto de 1% que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

17. Fornecedores

Mercadorias para revenda Outros fornecedores Ajuste a valor presente

Controla	dora	Consolidado		
2022	2021	2022	2021	
4.661.647	4.623.345	5.740.238	5.529.919	
113.624	142.710	182.534	190.371	
(170.698)	(71.779)	(181.752)	(81.902)	
4.604.573	4.694.276	5.741.020	5.638.388	

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

18. Fornecedores – convênio

Política contábil

A Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria – SNC e pela Superintendência de Relações com Empresas – SEP da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiu apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota 17) os valores relacionados às operações de convênios, apesar de manter a essência de uma transação mercantil. Visando ainda uma melhor apresentação do saldo comparativo de 2021, a Companhia reclassificou os saldos relacionados no Balanço Patriimonial e Demonstração do Fluxo de Caixa.

Controla	dora	Consolid	dado
2022	2022 2021		2021
3.756.776	4.414.266	3.802.237	4.460.556

Fornecedores - convênio

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de créditos em que a Companhia é a legítima devedora. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o



banco em troca do recebimento antecipado. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data acordada com seu fornecedor. Ademais, a Companhia, por confirmar a existência dos créditos dos fornecedores aos bancos, assegura a este a certeza e liquidez de seus vencimentos e, em função disto, recebe um prêmio dos bancos, que é reconhecido como receita financeira na mesma competência do fechamento da operação. As operações em aberto em 31 de dezembro de 2022 foram contratadas com prazo médio de 54 dias.

19. Parceiros e outros depósitos

Repasses a seller – marketplace (a) Arranjos de pagamentos a liquidar (b) Contas digitais clientes e sellers (c)

Consolidado				
2022	2021			
1.244.615	934.030			
107.116	257.453			
200.912	227.414			
1.552.643	1.418.897			

- a) Referente a valores a repassar para seus parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pela Magalu Pagamentos.
- b) Refere-se substancialmente a valores transacionados pelos clientes da Hub Pagamentos nos cartões pré-pagos, em estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.
- c) Correspondem a depósitos efetuados pelos clientes e sellers nas contas digitais Magalu Pay e conta de pagamento pré-paga Hub.

20. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantia	Vencimento	Control	adora	Consoli	dado
Modalidade	Encargo	Garantia	final	2022	2021	2022	2021
	100% do CDI +						
Notas promissorias (a)	1,25% a.a.	Clean	abril/24	1.783.941	1.567.971	1.783.941	1.567.971
	100% do CDI +						
Debêntures - oferta restrita (b)	1,25% a.a.	Clean	dez/26	4.892.944	4.837.054	5.317.809	4.837.054
	CDI +1,8% a						
Capital de giro (c)	4,9% a.a.	Aval	out/25	-	-	4.174	356.167
Financiamento de Inovação – FINEP		Fiança					
(d)	4% a.a.	bancária	dez/22	-	7.351	-	7.063
	113,5% do CDI						
Outros	a.a.	Clean	out/25	293	329	2.833	24.617
			<u>-</u>	6.677.178	6.412.705	7.108.757	6.792.872
			-				
Passivo circulante				92.607	44.100	124.297	407.968
Passivo não circulante				6.584.571	6.368.605	6.984.460	6.384.904

- a) Em 30 de abril de 2021, a Companhia realizou a 5ª. emissão de notas promissórias, sendo 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias com o valor nominal de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada, com vencimento único em 29 de abril de 2024 ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a.. Os valores captados têm sido utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. Em junho de 2021 foi liquidado o valor referente a 4ª. emissão de notas promissórias comerciais.
- b) Em 15 de janeiro de 2021 a Campanhia realizou a captação de R\$ 800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 9ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,25% a.a. e vencimento único em 15 de janeiro de 2024. Em 14 de outubro e 23 de dezembro de 2021, a Companhia em sua estratégia de alongamento de dívida, realizou a 10ª. e 11ª. emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 4.000.000 (quatro milhões) de quotas com o valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com vencimentos finais em 15 de outubro e 23 de dezembro de 2026, respectivamente ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia. Em 05 de julho de 2022, sua controlada KaBum, realizou a 1ª emissão



de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 400.000 (quatrocentos mil) de quotas com o valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com vencimentos finais em 13 de julho de 2025, a um custo de 100% CDI +1,25 % a.a., com a finalidade de alongamento de divída. Este contrato tem como fiadora a Controladora Magazine Luiza.

- c) Referem-se a contratos firmados pela controlada KaBuM, com a finalidade de capital de giro. Tais contratos foram substancialmente liquidados no exercício de 2022.
- d) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consol	idado
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	6.412.705	1.683.968	6.792.872	1.686.762
Captação	-	6.300.273	400.000	6.300.273
Adição por aquisição	-	-	-	450.609
Pagamento de principal	(7.917)	(1.617.420)	(383.261)	(1.687.720)
Pagamento de juros	(591.701)	(128.378)	(616.462)	(131.313)
Juros provisionados	864.091	174.262	915.608	174.261
Saldo final	6.677.178	6.412.705	7.108.757	6.792.872

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	92.607	124.297
2024	2.584.571	2.584.571
2025	2.000.000	2.399.889
2026	2.000.000	2.000.000
	6.677.178	7.108.757

Covenants

As Debêntures emitidas pela controladora e sua controlada Kabum, bem como a 5ª emissão de Notas Promissórias possuem cláusulas restritivas ("covenants") equivalentes à manutenção da relação "Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado" não superior a 3,0 vezes. Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário. A Companhia está adimplente às cláusulas restritivas, que são mensuradas trimestralmente.

21. Receita diferida

	Controladora		Consolid	ado
	2022	2021	2022	2021
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	52.407	69.876	52.407	69.876
Contrato de exclusividade com Banco Itaucard S.A. (b)	67.605	71.500	67.605	71.500
Contrato de exclusividade em Arranjo de Pagamentos (c)	-	-	196.484	-
Outros contratos	61.047		74.572	22.220
	181.059	141.376	391.068	163.596
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	77.504	88.591	77.504	88.591
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (a)	31.800	43.400	31.800	43.400
	109.304	131.991	109.304	131.991
Total de receitas diferidas	290.363	273.367	500.372	295.587
=				
Passivo circulante	52.009	39.157	76.908	50.329
Passivo não circulante	238.354	234.210	423.464	245.258



- (a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.
- (b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação" junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd ("Lojas do Baú"). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

(c) Em 21 de outubro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Hub Pagamentos S.A., celebrou com a Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda, um contrato para incentivar o arranjo de pagamentos entre as empresas, onde a Mastercard fica com a exclusividade pela emissão de cartões pelo prazo de 10 anos. Em contraprestação a esta exclusividade, a Mastercard pagou o montante de R\$ 200.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o prazo de vigência do contrato.

22. Outros passivos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolida	ado
	2022	2021	2021	2022
Vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções	527.981	542.076	601.759	584.385
Valores a repassar a parceiros (a)	128.080	104.767	162.877	153.722
Serviços especializados	72.024	126.302	89.617	149.240
Fretes a pagar	140.142	91.407	267.108	196.885
Marketing a pagar	90.882	77.367	187.877	183.382
Valores a pagar por aquisição (b)	1.053.327	1.427.749	1.118.413	1.565.412
Outros	97.237	81.417	182.629	160.592
	2.109.673	2.451.085	2.610.280	2.993.618
		•	_	
Passivo circulante	1.621.391	1.535.455	2.118.136	2.070.710
Passivo não circulante	488.282	915.630	492.144	922.908

- (a) Repasses de valores realizados por meio de vendas de serviços (seguros, assistência técnica, instalações de móveis, etc) de parceiros intermediados pela Companhia em suas lojas físicas.
- (b) Contraprestação a pagar pactuada nas aquisições de empresas, cujo maior valor refere-se a aquisição da KaBuM, que em 31 de dezembro de 2022 monta em R\$ 898.302 (R\$ 1.422.793 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 505.097 foram liquidados em caixa em janeiro de 2023 e R\$ 318.500 referem-se ao bônus de subscrição de até 50,0 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia (MGLU3), condicionado ao cumprimento de metas a serem apuradas em janeiro de 2024.



23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	652.074	20.047	45.856	717.977
Adições	18.461	8.407	26.050	52.918
Reversão	(8.645)	-	(461)	(9.106)
Pagamentos	(11.648)	(2.898)	(2.417)	(16.963)
Atualizações	70.010	-	-	70.010
Saldos em 31 de dezembro de 2022:	720.252	25.556	69.028	814.836
Canaalidada				

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.073.207	30.937	49.965	1.154.109
Adições	35.513	11.239	29.034	75.786
Alocação de preço em combinação de				
negócios	(67.068)	-	-	(67.068)
Reversão	(14.525)	(19)	(461)	(15.005)
Pagamentos	(17.097)	(6.349)	(3.604)	(27.050)
Atualizações	72.993	-	-	72.993
Saldos em 31 de dezembro de 2022:	1.083.023	35.808	74.934	1.193.765

Em 31 de dezembro de 2022, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Riscos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, avaliados como perda provável, portanto estão provisionados. Além desses processos, a Companhia possui provisão para outras discussões judiciais, para as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinações de negócio realizadas em anos anteriores. Os riscos tributários estão assim divididos:

	Control	adora	Conso	lidado
	2022	2021	2022	2021
Federais	508.889	464.442	871.660	885.575
Estaduais	211.337	187.606	211.337	187.606
Municipais	26	26	26	26
:	720.252	652.074	1.083.023	1.073.207

b) Riscos cíveis

A provisão para riscos cíveis de R\$ 25.556 na Controladora e R\$ 35.808 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.047 na Controladora e R\$ 30.937 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.



c) Riscos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 69.028 na Controladora e R\$ 74.934 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 45.856 na Controladora e R\$ 49.965) no Consolidado em 31 de dezembro de 2021) reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

d) Depósitos judiciais

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais o montante de R\$ 1.234.720 a Controladora e R\$ 1.650.223 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 935.329 na Controladora e R\$ 1.189.894 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). Os principais depósitos estão relacionados às ações judiciais que contestam o recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquota (Difal), no valor de R\$ 745.989 na Controladora e R\$ 974.243 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 510.775 na Controladora e R\$ 669.285 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021)

e) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos e discussões fiscais que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos estão assim demonstrados:

Federais	
Estaduais	
Municipais	6

Control	Controladora Consolid		idado
2022	2021	2022	2021
1.831.085	1.933.845	2.049.132	2.172.908
939.375	809.521	1.338.949	1.165.919
5.020	3.719	5.027	3.719
2.775.480	2.747.085	3.393.108	3.342.546

Dentre as principais discussões de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos:

- (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além de discussões sobre a caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS. Apesar da evolução da discussão, com decisões favoráveis a contribuintes, a análise dos assessores jurídicos internos e externos é que as chances de êxito são possíveis;
- (ii) Processo judicial e autuação em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção, que segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas;
- (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS;
- (iv) Processo administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos;



- (v) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação;
- (vi) Risco relacionado ao não estorno de impostos em perdas de inventários físicos. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

Acionistas controladores Ações em circulação Ações em tesouraria

202	2022		21
Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
3.794.963.060	56,23	3.794.169.268	56,22
2.882.259.410	42,71	2.871.349.076	42,55
71.704.378	1,06	83.408.504	1,23
6.748.926.848	100,00	6.748.926.848	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 1.200.000.000 de novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações - 2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 38.831.232 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$ 0,30 (já considerando os efeitos de desdobramento de ações). Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, desde que o beneficiário permaneça vinculado à Companhia e tenha cumprido as carências do plano. O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	37,9%
Taxa de juros livre de risco	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R\$0,19

⁽a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.



Em 31 de dezembro de 2022, haviam 284.928 opções de ações exercíveis. Neste exercício não houve movimentação nas opções de compra de ações ativas.

Plano de incentivo baseado em ações

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2022:

Tipo de programa	Data outorga	Prazo máximo carência	Posição Ações Outorgadas	Va	alor justo ¹
2° Matching share	05 de abril de 2018	5 anos	2.874.124	R\$	3,08
3° Matching share	04 de abril de 2019	5 anos	1.303.840	R\$	5,05
4° Matching share	15 de abril de 2020	5 anos	1.290.748	R\$	10,96
5° Matching share	04 de maio de 2021	5 anos	1.021.443	R\$	19,86
4° Restricted share - Conselho	04 de janeiro de 2021	3 anos	1.082.709	R\$	24,63
5° Restricted share	15 de abril de 2020	3 anos	1.051.432	R\$	10,96
6° Restricted share	04 de maio de 2021	3 anos	1.816.116	R\$	19,86
7° Restricted share	04 de julho de 2022	3 anos	26.701.145	R\$	2,16
1° Performance share	20 de fevereiro de 2019	5 anos	34.238.152	R\$	5,08
		_	71.379.709		R\$4,98

¹Refere-se a média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

Além dos planos acima demonstrados, a Companhia vem utilizando comumente, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações de sua emissão ("MGLU3) aos ex-proprietários das empresas adquiridas. O número de ações compromissadas em 31 de dezembro de 2022 é de 11.196.895, que deverão ser entregues aos exproprietários até agosto de 2026, parte vinculadas ao atingimento de determinadas metas e parte como preço fixo negociado. Adicionalmente, a Companhia emitiu, no processo de aquisição do KaBuM, bônus de subscrição de até 50 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão, condicionado ao cumprimento de metas a serem apuradas em janeiro de 2024.

c) Ações em tesouraria

Em 1° de janeiro de 2021 Adquiridas no exercício Alienadas no exercício Em 31 de dezembro de 2021 Alienadas no exercício Em 31 de dezembro de 2022

Quantidade	Valor
35.539.688	603.681
59.416.900	1.055.885
(11.548.084)	(210.407)
83.408.504	1.449.159
(11.704.126)	(203.350)
71.704.378	1.245.809

A redução do saldo de ações em tesouraria é igual a média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer excesso de dinheiro recebido pela alienação sobre a redução das ações



em tesouraria é registrado como reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da ação MGLU3 era R\$ 2,74.

d) Dividendos adicionais propostos

Em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 18 de abril de 2022, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio imputado ao dividendo total relativo ao exercício de 2021, no valor de R\$ 100.000. Assim, o valor de R\$ 58.749 foi adicionado ao montante já destinado como dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 41.251 em 31 de dezembro de 2021. Os juros sobre capital próprio foram inteiramente pagos no mês de maio de 2022.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 2.012 (R\$ 840 em 31 de dezembro de 2021), relacionado aos ajustes a valor justo de ativos financeiros em controladas e controladas em conjunto.

f) <u>Lucro (prejuízo) por ação</u>

Os cálculos dos lucros (prejuízo) por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro dil	uído
Em milhares	2022	2021	2022	2021
Total de ações ordinárias	6.748.926.848	6.748.926.848	6.748.926.848	6.748.926.848
Efeito de ações em tesouraria	(71.704.378)	(83.408.504)	(71.704.378)	(83.408.504)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	<u>-</u>	-	62.676.367	70.485.659
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	6.677.222.470	6.665.518.344	6.739.898.837	6.736.004.003
Lucro líquido (prejuízo) do exercício: Lucro (prejuízo) por ação (em Reais):	(498.975) (0,075)	590.661 0,089	(498.975) (0,075)	590.661 0,088

⁽a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

25. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como seque:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtém o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.



Receita de prestações de serviços - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços:

- a) intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- b) prestação de serviços de entregas através de suas controladas Magalog e GFL Logísitca.
- c) comissões cobradas pela Companhia, através de sua controlada Magalu Pagamentos, de seus clientes pelo processamento de operações financeiras transacionadas nas plataformas de ecommerce do Grupo Magalu.
- d) administração de consórcios na controlada Luiza Administradora de Consórcios, onde a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

Receita bruta: Varejo - revenda de merca Varejo - prostações do so	
Varejo - prestações de se Outros serviços	ινιςυδ
Impostos e devoluções:	
Varejo - revenda de merca	
Varejo - prestações de se	rviços

ra	Consolid	ado
2021	2022	2021
36.528.359	41.746.601	40.283.443
1.390.350	2.938.780	2.240.937
-	503.625	458.307
37.918.709	45.189.006	42.982.687
(6.656.380)	(7.287.260)	(7.206.058)
(133.850)	(238.731)	(230.581)
· -	(364.013)	(267.898)
(6.790.230)	(7.890.004)	(7.704.537)
,	,	,
31.128.479	37.299.002	35.278.150
	2021 36.528.359 1.390.350 - 37.918.709 (6.656.380) (133.850) - (6.790.230)	2021 2022 36.528.359 41.746.601 1.390.350 2.938.780 - 503.625 37.918.709 45.189.006 (6.656.380) (7.287.260) (133.850) (238.731) - (364.013) (6.790.230) (7.890.004)

26. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

Custos:
Das mercadorias revendidas
De outros serviços

Controlad	ora	Consolidad	0
2022	2021	2022	2021
(22.098.829)	(24.299.083)	(26.786.637)	(26.438.633)
-	-	(73.469)	(352.712)
(22.098.829)	(24.299.083)	(26.860.106)	(26.791.345)



27. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolida	ado
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal (a)	(2.501.349)	(2.556.594)	(3.031.764)	(2.947.948)
Despesas com prestadores de serviços	(2.724.503)	(2.080.421)	(2.936.673)	(1.870.705)
Outras	(1.137.731)	(1.550.558)	(2.259.804)	(2.325.670)
	(6.363.583)	(6.187.573)	(8.228.241)	(7.144.323)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(5.389.954)	(5.495.600)	(6.741.109)	(6.374.429)
Despesas gerais e administrativas	(847.184)	(810.008)	(1.370.198)	(1.031.654)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 28)	(126.445)	`118.03Ś	` (116.934)	261.760
	(6.363.583)	(6.187.573)	(8.228.241)	(7.144.323)

⁽a) A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, "cheque-mãe", além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

28. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolid	ado
	2022	2021	2022	2021
Apropriação da receita diferida (a)	62.657	52.657	75.958	55.297
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	(19.363)	283.920	(34.662)	420.816
Créditos tributários (c)	13.474	345.959	28.175	353.812
Outras receitas	56.768	682.536	69.471	829.925
(Perda) ganho na venda de ativo imobilizado	(1.357)	588	(695)	964
Honorários especialistas (d)	(26.812)	(164.115)	(30.425)	(170.671)
Despesas pré-operacionais de lojas e reestruturação (e)	(136.234)	(320.057)	(136.234)	(320.057)
Aspectos relacionados ao Covid-19 e outros	(18.810)	(80.917)	(19.051)	(78.401)
Outras despesas	(183.213)	(564.501)	(186.405)	(568.165)
Total líquido	(126.445)	118.035	(116.934)	261.760

⁽a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na nota 21.

⁽b) Refere-se em 2021 principalmente aos impactos da reversão de provisão relacionada ao julgamento pelo STF da inconstitucionalidade do recolhimento de ICMS – Difal.

⁽c) Refere-se em 2021 aos valores reconhecidos de ICMS-ST decorrentes da venda a consumidor final por valor inferior à base de cálculo presumida, conforme descrito na nota 10.

⁽d) Gastos referentes aos custos acessórios para aquisição de empresas, bem como honorários relacionados a estruturação organizacional e honorários advocatícios de êxito para processos judiciais.

⁽e) Referem-se aos gastos com abertura e fechamento de lojas físicas, bem como despesas incrementais com readequação de quadro de colaboradores.



29. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.
- A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controla	ıdora	Consolic	lado
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	122.547	51.538	122.547	51.538
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	71.896	50.713	134.942	42.700
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	28.197	21.403	28.285	21.417
Atualizações monetárias ativas (a)	333.823	341.698	378.393	348.339
Outros	4.224	1.805	31.258	27.583
	560.687	467.157	695.425	491.577
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(843.761)	(170.397)	(897.828)	(172.553)
Juros arrendamento mercantil	(293.140)	(222.950)	(297.817)	(225.095)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(696.851)	(431.619)	(1.001.705)	(567.829)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(92.756)	(22.774)	` (92.756)	(22.774)
Impostos sobre resultado financeiro	(29.197)	(18.440)	(36.675)	(21.207)
Atualizações monetárias passivas	(179.882)	(51.564)	(176.845)	(62.524)
Outros (b)	(215.141)	(93.570)	(232.832)	(108.606)
	(2.350.728)	(1.011.314)	(2.736.458)	(1.180.588)
Resultado financeiro líquido	(1.790.041)	(544.157)	(2.041.033)	(689.011)

- (a) Refere-se substancialmente à atualização monetária de créditos tributários descritos na nota 10.
- (b) Os prêmios recebidos de bancos, por confirmar a existência de créditos dos fornecedores, conforme explanado na nota 19, estão aqui demonstrados líquidos de demais despesas com negociação de fornecedores.



30. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- a) Varejo substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia, comércio eletrônico (e-commerce tradicional e marketplace) e plataforma de gestão de food delivery. No contexto do marketplace, está somado a este segmento as informações relacionadas ao Magalu Pagamentos;
- b) Operações financeiras por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
- c) Operações de seguros por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;
- d) Outros Serviços soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Luiza Administradora de Consórcio, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio da controlada do Luizalabs.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	2022					
	Varejo	Operações	Operações	Outros	Eliminação	Consolidado
	(a)	financeiras	de seguros	Serviços	(b)	
Receita bruta	44.685.383	2.104.456	366.184	2.290.734	(4.257.751)	45.189.006
Deduções da receita	(7.525.991)	-	-	(364.013)	-	(7.890.004)
Receita líquida do segmento	37.159.392	2.104.456	366.184	1.926.721	(4.257.751)	37.299.002
Custos	(26.814.649)	(316.346)	(48.830)	(60.891)	380.610	(26.860.106)
Lucro bruto	10.344.743	1.788.110	317.354	1.865.830	(3.877.141)	10.438.896
Despesas com vendas	(6.688.094)	(549.579)	(261.121)	(1.824.692)	2.582.377	(6.741.109)
Despesas gerais e administrativas	(1.306.025)	(11.301)	(34.094)	(64.173)	45.395	(1.370.198)
Resultado da provisão pra perdas de						
crédito esperadas	(238.304)	(1.244.841)	-	(1.354)	1.244.841	(239.658)
Depreciação e amortização	(1.147.512)	(5.985)	(6.020)	(16.112)	12.005	(1.163.624)
Equivalência patrimonial	(67.085)	-	-	-	31.347	(35.738)
Outras receitas operacionais	(125.313)	(66.900)	987	8.379	65.913	(116.934)
Receitas financeiras	680.605	-	27.219	14.820	(27.219)	695.425
Despesas financeiras	(2.714.017)	-	(74)	(22.441)	74	(2.736.458)
Imposto de renda e contribuição social	762.027	34.458	(23.951)	8.396	(10.507)	770.423
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(498.975)	(56.038)	20.300	(31.347)	67.085	(498.975)

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalencia patrimonial – Outros serviços (Nota 12)	(31.347)
Equivalência patrimonial – Luizacred (Nota 13)	(56.038)
Equivalência patrimonial – Luizaseg (Nota 13)	20.300
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	(67.085)
(-) Efeito de eliminação – Outros serviços	31.347
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	(35.738)
·	



Demonstrações do resultado

			2021			
	Varejo	Operações	Operações	Outros	Eliminação	Consolidado
	(a)	financeiras	de seguros	Serviços	(b)	
Receita bruta	42.524.380	1.455.799	335.863	1.518.877	(2.852.232)	42.982.687
Deduções da receita	(7.436.632)	-	-	(267.905)	-	(7.704.537)
Receita líquida do segmento	35.087.748	1.455.799	335.863	1.250.972	(2.852.232)	35.278.150
Custos	(26.456.061)	(89.060)	(35.617)	(350.500)	139.893	(26.791.345)
Lucro bruto	8.631.687	1.366.739	300.246	900.472	(2.712.339)	8.486.805
Despesas com vendas	(6.534.228)	(482.701)	(242.494)	(885.555)	1.770.549	(6.374.429)
Despesas gerais e administrativas	(1.049.024)	(7.592)	(30.551)	17.370	38.143	(1.031.654)
Resultado da provisão para perda						
esperada de créditos	(148.607)	(657.052)	-	(5.637)	657.052	(154.244)
Depreciação e amortização	(808.347)	(5.969)	(5.523)	(8.617)	11.492	(816.964)
Equivalência patrimonial	100.195	-	=	-	(867)	99.328
Outras receitas operacionais	257.082	(72.690)	775	4.678	71.915	261.760
Receitas financeiras	486.630	-	26.727	4.947	(26.727)	491.577
Despesas financeiras	(1.164.638)	-	(57)	(15.950)	57	(1.180.588)
Imposto de renda e contribuição social	819.911	(64.246)	(26.284)	(10.841)	90.530	809.070
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	590.661	76.489	22.839	867	(100.195)	590.661

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial – Outros serviços (Nota 12)	867
Equivalência patrimonial – Luizacred (Nota 13)	76.489
Equivalência patrimonial – Luizaseg (Nota 13)	22.839
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	100.195
(-) Efeito de eliminação – Outros serviços	(867)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	99.328

- a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Epoca Cosméticos, Netshoes, KaBuM, Magalu Pagamentos e Aiqfome. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.
- b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
- c) As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos e não são regularmente revisadas pelo principal gestor de operações da Companhia.



Balanço patrimonial

		2022			
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2.255.188	175.833	68	164.857	
Títulos e valores mobiliários	304.298	26.797	348.059	-	
Contas a receber	6.688.286	9.106.242	-	89.140	
Estoques	7.790.069	-	-	-	
Investimentos	927.191	-	-	-	
Imobilizado, intangível e direito de uso	9.337.004	34.541	16.742	557.482	
Outros	10.100.601	489.349	47.681	285.035	
	37.402.637	9.832.762	412.550	1.096.514	
Passivos					
Fornecedores	9.505.414	-	1.452	37.843	
Repasses e outros depósitos	1.552.643	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	7.107.284	-	-	1.473	
Arrendamento mercantil	3.693.516	-	115	-	
Depósitos interfinanceiros	-	2.780.669	-	-	
Operações com cartões de crédito	-	5.328.314	-	-	
Provisões técnicas de seguros	-	-	390.738	-	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.122.260	35.707	1.899	71.505	
Receita diferida	499.749	-	-	623	
Outras	3.273.070	1.317.522	50.063	396.712	
	26.753.936	9.462.212	444.267	508.156	
Patrimônio líquido	10.648.701	370.550	(31.717)	588.358	

Conciliação do investimento

Control		

Controladas (Nota 12)	
Consórcio Luiza	75.363
Magalog	267.759
Luizalabs	205.329
Magalu Pagamentos	430.028
	978.479
Controladas em conjunto (Nota 13)	
Luizacred	370.550
Luizaseg	(31.717)
	338.833
Total dos investimentos	1.317.312
(-) Efeito de eliminação	(978.479)
(=) Resultado de investimento consolidado	338.833



Balanço patrimonial

		2021				
	Varejo	Operações	Operações	Outros		
Ativos		financeiras	de seguros	Serviços		
Caixa e equivalentes de caixa	2.452.950	19.085	110	113.268		
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.556.211	7.990	316.117	113.200		
Contas a receber	5.582.053	8.121.521	310.117	87.301		
Estoques	9.112.101	0.121.321	-	113		
Investimentos	929.496	_	_	113		
Imobilizado, intangível e direito de uso	9.077.477	46.968	22.454	483.773		
Outros	9.324.082	362.365	43.109	239.601		
Odilos	38.034.370	8.557.929	381.790	924.216		
Passivos	30.034.370	0.557.929	301.790	924.210		
Fornecedores	10.067.199		1.458	31.745		
Repasses e outros depósitos	1.418.897	-	1.430	31.743		
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	6.790.828	-	-	2.044		
Arrendamento mercantil	3.454.678	-	33	2.044		
Depósitos interfinanceiros	3.434.070	1.900.576	33	-		
Operações com cartões de crédito		4.196.935	_	_		
Provisões técnicas de seguros	_	4.190.933	352.871			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.078.800	33.860	1.581	69.842		
Receita diferida	295.587	13.128	1.501	09.042		
Outras	3.667.172	1.987.008	44.489	341.065		
Outras	26.773.161	8.131.507	400.432	444.696		
	20.773.101	0.131.307	400.432	444.090		
Patrimônio líquido	11.261.209	426.422	(18.642)	479.520		
Conciliação do investimento						
Controladas (Nota 12)						
Consórcio Luiza	60.817					
Magalog	238.986					
Luizalabs	221.912					
Magalu Pagamentos	563.283					
	1.084.998					
Controladas em conjunto (Nota 13)						

Luizacred 426.422 (18.642) 407.780 Luizaseg 1.492.778 (1.084.998) **Total dos investimentos** (-) Efeito de eliminação (=) Resultado de investimento consolidado 407.780



31. Instrumentos financeiros

Política Contábil

Classificação inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ao Valor Justo (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais: e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



Desreconhecimento e compensação

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forward looking", como premissas macroeconômicas de inflação e crescimento de vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.





Categoria de instrumentos financeiros

			Controladora				Consolic	lado		
			202	22	20:	21	202	22	20	21
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 2	202.663	202.663	111.142	111.142	250.014	250.014	789.225	789.225
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Custo amortizado	Nível 2	3.442.071	3.442.071	3.120.761	3.120.761	5.395.869	5.395.869	4.632.410	4.632.410
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	Nível 2	1.162.144	1.162.144	825.121	825.121	1.381.557	1.381.557	1.035.700	1.035.700
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	805.362	805.362	609.299	609.299	76.212	76.212	114.841	114.841
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Custo amortizado	Nível 2	2.500.360	2.500.360	3.592.443	3.592.443	2.500.360	2.500.360	3.592.443	3.592.443
Equivalentes de caixa – Letras	VJR	Nível 2	2.276	2.276	5.887	5.887	2.276	2.276	5.887	5.887
Equivalentes de caixa – CDBs	Custo amortizado	Nível 2	603.825	603.825	1.341.725	1.341.725	2.130.280	2.130.280	1.736.274	1.736.274
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Nível 2	14.525	14.525	12.734	12.734	14.525	14.525	12.734	12.734
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	245.273	245.273	1.543.477	1.543.477	245.273	245.273	1.543.637	1.543.637
Total de Ativos financeiros		=	8.978.499	8.978.499	11.162.589	11.162.589	11.996.366	11.996.366	13.463.151	13.463.151

			Controladora					Consolic	lado	
			20:	22	20	21	202	22	20	21
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	8.361.349	8.361.349	9.108.542	9.108.542	9.543.257	9.543.257	10.098.944	10.098.944
Repasses e outros depósitos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-	1.552.643	1.552.643	1.418.897	1.418.897
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	6.677.178	6.827.377	6.412.705	7.149.049	7.108.757	7.258.956	6.792.872	7.529.216
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 2	3.651.663	3.651.663	3.412.288	3.412.288	3.693.516	3.693.516	3.454.678	3.454.678
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	256.707	256.707	195.894	195.894	152.511	152.511	125.302	125.302
Outras contas a pagar – aquisição	Custo amortizado	Nível 2	1.053.327	1.053.327	1.427.750	1.427.750	1.118.413	1.118.413	1.565.413	1.565.413
Total de Passivos financeiros		_	20.000.224	20.150.423	20.557.179	21.293.523	23.169.097	23.319.296	23.456.106	24.192.450



Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- a) Nível 1 preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- c) Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.



A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Saldo Inferior a Um a três Superior a

Posição em 31/12/2022

	Saluo	IIII CIIOI a	Ulli a li es	Superior a	
<u>Controladora</u>	Contábil	um ano	anos	Três anos	Total
Fornecedores	8.361.349	8.361.349	-	-	8.361.349
Arrendamento mercantil	3.651.663	691.395	1.246.312	3.079.332	5.017.040
Empréstimos e financiamentos	6.677.178	92.607	2.584.571	4.000.000	6.677.178
Partes relacionadas	256.707	256.707	-	-	256.707
Outras contas a pagar - aquisição	1.053.327	626.308	318.500	169.782	1.114.590
	Saldo	Inferior a	Um a três	Superior a	
<u>Consolidado</u>	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a Três anos	Total
<u>Consolidado</u> Fornecedores					Total 9.543.257
	Contábil	um ano	anos	Três anos	
Fornecedores	Contábil 9.543.257	um ano 9.543.257	anos -	Três anos -	9.543.257
Fornecedores Arrendamento mercantil	Contábil 9.543.257 3.693.516	um ano 9.543.257 697.163	anos - 1.256.709	Três anos - 3.105.021	9.543.257 5.058.893
Fornecedores Arrendamento mercantil Empréstimos e financiamentos	Contábil 9.543.257 3.693.516 7.108.757	um ano 9.543.257 697.163 524.186	anos - 1.256.709	Três anos - 3.105.021	9.543.257 5.058.893 7.108.757

Considerações sobre outros riscos financeiros

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo e serviços de seguros, financeiros e outros como descrito na nota 30, de informação por segmentos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 6.985.941 (R\$ 5.812.946 em 31 de dezembro de 2021). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 63.779 (R\$ 49.123 em 31 de dezembro de 2021), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Na nota 7 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2022, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o



montante de R\$ 910.399 (R\$ 2.903.823 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$ 2.474.329 (R\$ 3.333.364 em 31 de dezembro 2021) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros, na taxa de inflação e nas taxas de câmbio.

Risco cambial: na data dessas informações trimestrais a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente. Porém, muitos produtos que a Companhia comercializa, especialmente itens de tecnologia, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar com a variação cambial. Assim, a gestão do risco cambial "indireto" está bastante ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procura não repassar grandes oscilações aos clientes finais.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções e aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 13,65 % a.a..

Os efeitos esperados das despesas financeiras de empréstimos e financiamentos líquidas de receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
Certificados de depósitos bancários (nota 5)	606.101	2.132.556
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 5)	-	37.475
Equivalentes de caixa	606.101	2.170.031
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	304.298	304.298
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	910.399	2.474.329
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(6.677.178)	(7.108.757)
Exposição líquida	(5.766.779)	(4.634.428)
Despesa financeira de juros - exposição a CDI		
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário base – taxa de 13,65% a.a.	(211.963)	(226.415)
Cenário aumento 25%- taxa de 17,06% a.a.	(264.954)	(283.019)
Cenário aumento 50% - taxa de 20,48% a.a.	(317.945)	(339.623)
Cenário redução 25%- taxa de 10,24% a.a.	(158.972)	(169.811)
Cenário redução 50% - taxa de 6,83% a.a.	(105.982)	(113.208)



32. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consc	olidado
	2022	2021	2022	2021
Variação de valor justos de ativos financeiros	(1.172)	(10.311)	-	(10.311)
Plano de ações - Controladas	(31.362)	(7.810)	-	(7.810)
Contas a pagar por aquisição de empresas	(156.603)	(1.415.025)	(156.603)	(1.494.141)
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	13.464	2.695	8.831	2.695
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício	-	(41.251)	-	(41.251)
Direito de Uso e Arrendamento – adições/remensurações	872.460	1.392.987	897.262	1.402.714

33. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são assim demonstradas:

Responsabilidade civil e D&O Riscos diversos - estoques e imobilizado Veículos

Controla	Controladora		dado
2022	2021	2022	2021
100.000	100.000	194.025	194.025
6.556.541	6.779.389	7.714.867	7.756.705
34.379	25.228	34.379	25.228
6.690.920	6.904.617	7.943.271	7.975.958

34. Eventos subsequentes

No dia 06 de março de 2023 a Companhia tomou conhecimento de uma denúncia anônima tendo por objeto supostas práticas em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia, especificamente no que se refere a alegadas irregularidades envolvendo operações com certos distribuidores e fornecedores. Nos termos relatados na denúncia anônima, as alegadas práticas envolviam operações de bonificação de fornecedores e também menciona três distribuidores, os quais representaram aproximadamente 3,5% do valor total de compra de mercadorias ao longo do exercício de 2022. Diante disso, o Conselho de Administração determinou ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* a apuração dos fatos alegados na denúncia anônima, o que está em curso com a assessoria de especialistas externos independentes.